

A dinâmica do imaginário e do jornalismo¹

Flávia Dourado Maia²

RESUMO

Partindo do pressuposto de que os estudos sobre a dimensão simbólico-mítica do jornalismo são orientados por uma perspectiva de pesquisa dominante, que entende os mitos como dispositivos de fechamento de sentidos e de manutenção do status quo, o artigo apresenta uma nova abordagem, que considera o potencial da simbologia-mítica para atuar em processos de transformação e crítica social. Para isso, discute as contribuições das teorias do imaginário à investigação do fenômeno jornalístico, enfatizando o lugar da interação dinâmica entre padrões arquetípicos e contextos sócio-histórico-culturais na conformação das simbologias-míticas mediadas pelo jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; teoria do jornalismo; mito; imaginário.

De modo amplo, os estudos sobre a dimensão simbólico-mítica do jornalismo entendem os mitos como agentes de manutenção dos status quo, alheios aos movimentos de transformação sócio-histórico-cultural. Trata-se do que Silva e Dourado (2011, p. 113) definem como “perspectiva consensualista” – uma perspectiva de investigação hegemônica, que associa “as simbologias míticas presentes no noticiário a um dispositivo de criação de consensos, de fechamento de sentidos e de afirmação das visões de mundo vigentes”.

Segundo as autoras, os trabalhos norteados por essa perspectiva transitam entre duas abordagens: a cultural-antropológica, que prioriza a ideia de sobrevivência de um passado arcaico, universal e inescapável, no presente; e a crítico-ideológica, que enfoca aspectos ligados à esfera da manipulação. Ambas as abordagens vinculam o jornalismo a uma força conservadora, uma vez que tomam os padrões míticos como esquemas para simplificar e circunscrever os fatos, isto é, como moldes para “encaixar novas situações em velhas definições” (BIRD e DARDENNE, 1993, p. 275) e, assim, “impor uma velha forma a um novo assunto” (DARNTON, 1975, p. 189). Devido a esse efeito normalizador, os mitos contribuiriam para eliminar divergências e reproduzir o senso comum; implicariam, pois, o esvaziamento do jornalismo como lugar de crítica e de incitação de mudanças na sociedade.

Após rastrear a perspectiva consensualista em diversos trabalhos, Silva e Dourado

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este artigo foi construído a partir da dissertação de mestrado “O jornalismo entre o efêmero e o eterno: imaginário e natureza na Globo Rural (1985-2010)”, defendida junto à UFSC em 2011 sob a orientação de Gislene Silva.

atentam para urgência de um aparato teórico-metodológico que não tome os mitos como índices de uma tendência continuísta, mas que “dê conta tanto dos aspectos históricos quanto universais na relação jornalismo e imagens míticas e permita, assim, investigar a diversidade na unidade e a novidade na persistência” (SILVA e DOURADO, 2011, p. 122). Como alternativa para lançar esse olhar mais abrangente sobre o fenômeno jornalístico, as autoras sugerem o diálogo das teorias do jornalismo com as teorias do imaginário.

Partindo do pressuposto de que a perspectiva consensualista é de fato predominante nas investigações sobre a dimensão simbólico-mítico do jornalismo, o artigo desenvolve a proposta epistemológica de Silva e Dourado, enfatizando a interação dinâmica entre padrões arquetípicos e contextos sócio-histórico-culturais na conformação dos símbolos e mitos mediados pelas notícias. Coloca em relevo, assim, o potencial do jornalismo para atuar de forma crítica e para acompanhar os processos de transformação social.

Os movimentos do imaginário

Para pensar o jornalismo como lugar de mediação de imagens míticas, na encruzilhada entre matrizes arquetípicas e contextos sócio-histórico-culturais, a opção, aqui, é pela reflexão de Gilbert Durand (1988, 2002, 2010), passando por alguns conceitos-chaves que sistematizam e condensam seu pensamento: (a) *scheme*; (b) arquetipo; (c) símbolo; (d) mito; (e) estruturas; (f) regimes de imagem; (g) trajeto antropológico.

Orientado pelas pulsões motoras mais instintivas do homem, o *scheme* consiste numa espécie de eixo que estrutura o imaginário a partir dos três gestos básicos do corpo humano: a dominante postural da verticalidade (movimento de subida, para ficar ereto, e de divisão manual e visual); a dominante digestiva (movimento de deglutição, de descida do alimento); e a dominante copulativa (movimento cíclico, dos ritmos sexuais).

Essas estruturas esquemáticas abstratas constituem o esboço primeiro do imaginário e ganham contornos mais específicos quando entram em contato com o ambiente natural e social, dando origem aos *arquetipos* – imagens primordiais que compõem o patrimônio coletivo da humanidade. Jung (2000) define o arquetipo como uma moldura original universal, desprovida de substância consciente, determinada quanto à forma e nunca quanto ao conteúdo. Durand (2002) recupera a noção de Jung, realçando que as matrizes arquetípicas manifestam-se como uma substantivação dos *schemes*. Os arquetipos são apreendidos, pois, como “moldes ocios que aguardam serem preenchidos pelos símbolos distribuídos pela sociedade, sua história e situação geográfica” (DURAND, 2010, p. 91),

como o elo que liga os imperativos instintivos do homem às influências externas do meio. Anteriores à história, os arquétipos são marcados pela universalidade e só produzem significado quando entram em interação com ambiência, fazendo emergir os motivos simbólicos que movem o imaginário.

O símbolo surge, então, como a expressão semântica dos arquétipos, o conteúdo cultural tangível que preenche a moldura arquetípica, fazendo aparecer sentidos múltiplos. Durand (1988) compara o processo de simbolização a uma espiral, que circunda seu centro a cada repetição, mas não de forma tautológica, uma vez que, em função de “seu dinamismo instaurativo à procura do sentido” (p. 15), deixa-se atualizar pelo contexto, isto é, pelas contingências do meio físico e cultural. Os símbolos resultam, portanto, desse movimento de especificação das formas arquetípicas e constituem, por isso, “o modelo mesmo da mediação do eterno no temporal” (DURAND, 1988, p. 110).

Na extensão dos *schemes*, *arquétipos* e *símbolos* encontra-se o *mito* – sistema dinâmico e flexível, no qual esses três elementos rearranjam-se de diferentes formas em torno de uma narrativa basilar, que sintetiza os fundamentos de uma cultura historicamente condicionada e os sedimenta na memória coletiva, estabelecendo-se, assim, como a manifestação discursiva do imaginário.

Para ilustrar a maneira como os elementos do imaginário ligam-se uns aos outros na composição do discurso mítico, Durand (2002) recorre à metáfora da *constelação*, segundo a qual os símbolos que derivam de um mesmo arquétipo convergem para um mesmo núcleo organizador, formando conjuntos plurais de imagens. Embora comporte combinações simbólicas diversas, essa lógica constelacional obedece a protocolos motivadores basilares, denominados *estruturas*, que norteiam o agrupamento das representações imaginais. Tais protocolos passam pela dimensão mais instintiva das imagens, os *schemes*, de modo que cada dominante gestual prolonga-se em uma estrutura do imaginário, em torno da qual as constelações de símbolos e arquétipos irão gravitar. Essas estruturas, por sua vez, são recobertas por duas estruturas mais gerais, chamadas *Regimes*. Em síntese, os regimes abrangem as estruturas, as estruturas abrangem as constelações e as constelações abrangem os *schemes*, arquétipos e símbolos organizados em torno de uma narrativa mítica. Tem-se, assim, (1) a *estrutura heróica*, ligada à dominante postural da verticalidade, que remete aos simbolismos ascensionais e aos dicotomizantes de divisão, exclusão e oposição; (2) a *estrutura mística*, referente à dominante digestiva, marcada pelas figuras de quietude, inclusão, intimidade e adesão, bem como pela inversão de valores negativos; e (3) a

estrutura sintética, relativa à dominante copulativa, que integra as outras duas estruturas e à qual se associam símbolos de ciclos e harmonização dos contrários, trazendo à tona o vigor do *coincidentia oppositorum*. A primeira estrutura corresponde ao *regime diurno*, caracterizado pelas imagens da tensão polêmica, da antítese, da distinção e do combate; e a segunda e a terceira, ao *regime noturno*, no qual predominam imagens de união dos opostos, eufemização, descida, conciliação e conversão.

Com essa estruturação constelacional e tripartite do imaginário, Durand situa o mito como um sistema flexível, no qual as temporalidades arcaica e histórica não se excluem, mas se completam de forma a acomodar, simultaneamente, manutenção e transformação, eterno e temporal. A narrativa mítica consistiria, pois, na expressão máxima do *coincidentia oppositorum*, “dessa potência fundamental dos símbolos que é a de ligarem, para lá das contradições naturais, os elementos inconciliáveis, as compartimentações sociais e as segregações dos períodos da história” (DURAND, 2002, p. 38).

Neste ponto, as noções de mito e imaginário se confundem, de maneira que um termo passa a esclarecer o outro: se o relato mítico sintetiza elementos a princípio tão contraditórios, definindo seus contornos no continuum entre aquilo que permanece e aquilo que se dissipa, então pode-se dizer que o imaginário comporta uma dimensão universal, ligada à herança primordial da humanidade, e uma dimensão particular, já que cada momento histórico conforma símbolos e mitos próprios. Portanto, ainda que se apoie sobre um alicerce arquetípico imutável, o imaginário não deixa de ser um devir: ele se transforma continuamente, configurando diferentes interpretações da realidade. Esse processo de reatualização se dá a partir do que Durand chama de trajeto antropológico: “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”, “a gênese recíproca que oscila do gesto pulsional ao meio material e social e vice-versa” (DURAND, 2002, p. 41).

As concepções de realidade do presente resultam, pois, do encontro entre o tempo primordial e o tempo histórico, ou, como prefere Durand (2002), das acomodações dos imperativos biopsíquicos, de caráter universal, às intimações do meio, de caráter particular; acomodações estas que modelam arquétipos em símbolos, símbolos em imagens, imagens em constelações e constelações em mitos. Essa relação dinâmica de que trata o trajeto antropológico coloca em cena o vínculo estreito que há entre imaginário e transformação da realidade. Mostra, assim, que as manifestações míticas não conduzem automaticamente ao continuísmo ou conformismo, como pressupõe a *perspectiva consensualista*. Tais

elementos carregam uma força mobilizadora capaz de impelir os sujeitos, alçados a agentes imagináveis, a modificar o presente a fim de viabilizar um futuro mais satisfatório, numa atitude que pode revelar uma postura crítica ou mesmo uma recusa em aceitar o mundo tal como ele é. Silva, J. (2006) compara o imaginário a um reservatório/motor, que se constitui tanto como represa de sentidos quanto como fonte de energia que propulsiona a ação:

Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. [...] Motor, o imaginário é um sonho que realiza a realidade, uma força que impulsiona indivíduos ou grupos [...]. O homem age (concretiza) porque está mergulhado em correntes imaginárias que o empurram contra ou a favor dos ventos (SILVA, J., 2006, pp. 11-12).

Em vista disso, não se deve confundir a persistência de um substrato arquetípico com a manutenção passiva de certas concepções de mundo. A presença de um denominador comum, universal e constante, de um fio que alinhava os diferentes períodos da história e as diversas culturas não denota a ausência de transformação ou de postura crítica, pois é o contexto, referente a um recorte espaço-temporal particular, que irá tecer as tramas míticas. Tomados isoladamente, os elementos do imaginário parecem inflexíveis, mas as ligações que estabelecem entre si, sempre circunstanciadas, possibilitam composições múltiplas.

Esses aspectos da proposta antropológica de Durand, tratadas aqui de forma sintética, permitem apreender as imagens míticas como um fenômeno concomitantemente eterno e efêmero, arcaico e histórico, universal e particular, coletivo e individual, e possibilitam, pois, avançar os estudos sobre a dimensão simbólico-mítica do jornalismo para além da *perspectiva consensualista*.

O imaginário no fenômeno jornalístico

Embora escassos e heterogêneos, os estudos que promovem o diálogo das teorias do imaginário com as teorias do jornalismo revelam-se férteis na medida em que servem de ponto de partida para problematizar a *perspectiva consensualista*. Luiz Gonzaga Motta (2002a, 2002b, 2003) talvez seja o pesquisador que venha se dedicando a esse diálogo há mais tempo. Sem a pretensão de dar conta das nuances de suas ideias, pode-se dizer que, de modo amplo, o autor entende o fenômeno jornalístico como lugar de encontro entre *logos* – o registro objetivo dos fatos, ligado ao tempo histórico, das informações comprováveis empiricamente e da ideologia; e *mythos* – a apreensão subjetiva dos acontecimentos, que remete ao tempo abstrato dos símbolos e das afetividades. Procura destacar, assim, que as

notícias, tradicionalmente vistas como reduto da factualidade, não conseguem desvencilhar-se das emoções acionadas pelas imagens míticas. Em função disso, os textos jornalísticos deveriam ser compreendidos como obras abertas, que convidam o receptor a preencher lacunas de sentido e a completar cooperativamente o significado das informações: “as notícias são um sistema simbólico singular onde se fundem e se confundem real e ficção, estimulando o imaginário do leitor a recriar mundos possíveis, descortinar horizontes e transfigurar as fronteiras da realidade” (2002b, p. 175). Motta se põe a verificar, desse modo, “até onde as notícias conseguem se restringir ao referente empírico e até onde elas se impregnam das sensibilidades e dos imaginários sociais”, isto é, “até onde a história se impõe através da força dos acontecimento reais e até onde ela se confunde com as fantasias, ilusões e utopias que permeiam a realidade” (2002a, pp. 20 e 26).

Sobre a tendência dicotômica das reflexões de Motta, cabe ressaltar que tratar real e imaginário como categorias antitéticas, associando a realidade à ideologia e à historicidade, de um lado, e a imaginação à fantasia e à ficção, de outro, abre espaço para que as manifestações míticas sejam tomadas como um desvio da missão informativa do jornalismo. No entanto, ainda que faça essa distinção entre razão (factual) e imaginário (ficcional), identificando a carga mítica das notícias ao afastamento do mundo referencial, Motta não resvala no maniqueísmo da perspectiva consensualista por enfatizar que, devido à potência conciliadora do *coincidentia oppositorum*, *logos* e *mythos* constituem dimensões de um mesmo objeto. Não nega, pois, que as notícias podem desempenhar tanto uma função pragmática – relatar fatos reais, atendo-se ao referente empírico, quanto uma função mítica – reiterar conteúdos simbólicos, dando vazão ao impulso de fabulação do receptor.

Além disso, Motta reconhece o caráter polissêmico e ambivalente das notícias, bem como a autonomia dos indivíduos no processo de construção e negociação de significados, processo este no qual as interpretações dos receptores, implicadas num jogo de denotação e conotação, nem sempre correspondem àquelas tencionadas pelos emissores.

Em todo ato comunicativo, o emissor transmite parte do seu conteúdo de forma explícita, parte de forma implícita. [...] Mas o destinatário acrescenta e recria a partir de suas próprias perspectivas. Há em todo ato comunicativo, uma confrontação entre a estrutura de sentido produzida pelo emissor em sua manifestação e os modelos de mundo que o leitor traz consigo (MOTTA, 2003, p. 8).

Com isso, Motta dissocia a simbologia mítica das ideias de alienação e manipulação, identificando-a, ao contrário, a um dispositivo imaginal de criação e recriação de sentidos, muito embora considere apenas os movimentos do imaginário que se dão do lado da

recepção e investida ainda na interface entre ideologia e mitologia – ou, como prefere o autor, entre uma matriz ideológica, de natureza histórica, e uma matriz arquetípica, de natureza afetiva, que, juntas, dão origem ao imaginário. Uma tal interface não corrobora, entretanto, o consensualismo, visto que não vincula o mito a uma força conservadora, voltada para a reprodução de concepções hegemônicas e para a manutenção do mundo tal como é, mas a uma faculdade que permite aos indivíduos apropriar-se das informações e, a partir disso, projetar-se num mundo imaginado, para além do espaço-tempo da história e da ideologia.

Enquanto Motta insiste na presença e na influência do *coincidentia oppositorum* nos conteúdos jornalísticos, buscando mostrar que o esforço dos jornalistas para proporcionar informações fidedignas e objetivas, condizentes com a realidade, não impede a manifestação de imaginários ricos em polissemia, ambivalências e sensibilidades nas notícias, Barros (2007) aponta que a deontologia do jornalismo – com seus axiomas de precisão, clareza, imparcialidade e concisão – deslegitima e reprime as imagens míticas, devido, sobretudo, ao sufocamento do *coincidentia oppositorum*: “os textos jornalísticos, por uma limitação imposta pela gramática da profissão, são inibidos no uso de uma linguagem simbólica e fogem das metáforas. Essa ausência não é inocente, claro, e sinaliza o medo da ambiguidade, da polivalência, medo que redundava em monofonia” (2007, p. 50). A autora afirma que os métodos norteadores da prática jornalística são essencialmente iconoclastas, pois rejeitam as representações imaginais em nome de um relato rigoroso dos acontecimentos. Mas adverte que, a despeito da aplicação ortodoxa desses métodos, as imagens inevitavelmente afloram e carregam as marcas do maniqueísmo inerente aos procedimentos jornalísticos, isto é, da vontade, por parte dos jornalistas, de lançar um olhar onisciente sobre a realidade, capaz de distinguir verdadeiro e o falso; por isso, articular-se-iam apenas sob o regime diurno – o regime das antíteses polêmicas –, deixando de fora uma multiplicidade de significados que não se reduzem ao simples combate. O jornalismo caracterizar-se-ia, assim, pela quase ausência de uma dimensão noturna, principalmente no que se refere à pluralidade semântica, uma vez que elementos ligados à ativação de sensibilidades seriam suprimidos das notícias.

O estudo desenvolvido por Barros revela com primazia o viés iluminista das imagens que motivam a prática jornalística. Contudo, não coloca em questão que a objetividade combativa almejada pelos jornalistas seja efetivada de forma plena – algo de extrema importância, sobretudo ao se considerar que, “no imaginário, por força de seu caráter torrencial, os sentidos se alastram, ramificam, bifurcam, extraviam-se” (SILVA, J.,

2006, p. 48), bem como que, “quando indivíduos presenciam diretamente um fato, a rigor, entre eles e o fato está a totalidade da história humana já percorrida, as alternativas sociais que se abrem concretamente para o futuro e, além disso, as incertezas e opções individuais e sociais” (GENRO FILHO, 1987, s/p.). Conforme observa Benetti (2009), por mais que o discurso jornalístico procure reduzir a complexidade das informações, o fechamento de sentidos constitui um alvo inalcançável devido ao caráter polissêmico do imaginário.

Além disso, a produção de significados ultrapassa a esfera da produção jornalística – em última análise, da emissão –, visto que, do lado do receptor, tem lugar um processo de apropriação, como destaca Motta, a partir do qual também se formam imagens, tanto diurnas quanto noturnas. E, mesmo sob o ponto de vista da emissão, existe um movimento imaginal criativo, já que, no exercício da profissão, os jornalistas não se despem de todo seu *background* sócio-histórico-cultural, nem se mantêm imunes ao complexo de forças e influxos que emanam de seu cotidiano. De fato, “o jornalista é envolvido na operação que executa” e “tem seu imaginário formatado pela técnica jornalística” (SILVA, J., 2006, p. 105). Entretanto, nenhum indivíduo, por mais determinado que esteja a seguir à risca os princípios deontológicos do jornalismo, consegue apegar-se aos ditames da razão e da objetividade a ponto de se desvencilhar do amplo imaginário no qual está mergulhado e de impedir que as imagens oriundas desse imaginário invadam seus relatos e produzam sentidos inesperados. Conforme lembra Maffesoli (2001, p. 77), é evidente que “a prática condiciona as construções do espírito, mas estas também influenciam as práticas”. Qualquer profissional do jornalismo é, pois, incapaz de enxergar o mundo partindo apenas de seu instrumental técnico, visto que a própria aplicação desse instrumental estará sempre sujeita às modulações impostas por sua bagagem cultural.

A comunidade jornalística não se encontra, portanto, isolada da sociedade como um todo. Ela integra uma coletividade mais ampla e, por isso, enreda-se na teia imaginária que enreda igualmente emissores e receptores. Como ressalta Silva, G. (2010), é preciso entender o emissor e o receptor como parte de uma mesma atmosfera simbólica, e não como categorias apartadas, visto que o relato jornalístico expressa imaginários sociais compartilhados “por todos os sujeitos envolvidos no universo das notícias, sejam repórteres, leitores/receptores, fontes, publicitários, proprietários de veículos noticiosos, editores, anunciantes. Insisto que ambos, produtores e receptores de notícias, compartilhem imaginários” (SILVA, G., 2010, p. 249).

Desse modo, aquilo que o jornalista apura e narra não pode ser tão diferente do que é vivido por ele e pela sociedade como um todo. Seria possível a qualquer indivíduo agarrar-se à eficiência técnica, a ponto de contornar as simbologias diversas que atravessam o cotidiano no qual está mergulhado, quando se tem em mente que “aquele que interpela é também interpelado” e que, em função disso, “não há, nunca, metaponto de vista capaz de garantir a exterioridade total do observador em relação ao observado” (SILVA, J., 2006, pp. 105 e 75)? Códigos normativos podem até constituir marcos de referência para a prática jornalística; contudo, são incapazes de domesticar a pulsão criativo-inventiva do imaginário, que se impõe em qualquer discurso, do poético ao cartesiano.

Com efeito, o processo comunicativo envolto no fenômeno jornalístico não se reduz a uma mera operação técnica, tampouco a um instrumento de formação intencional ou involuntária de um consenso universal, como pressupõe a *perspectiva consensualista*, pois implica um movimento dinâmico de significação e ressignificação, por meio do qual os indivíduos, imersos em um imaginário coletivo, moldam-se uns aos outros. Este movimento coletivo não leva, contudo, à perda da autonomia individual, visto que todo sujeito se submete a um imaginário pré-existente, aceitando e absorvendo os valores que o regem, mas também atua como um inseminador e disseminador de imaginários, podendo rejeitá-los e alterá-los em maior ou menor grau (SILVA, J., 2006, p. 9).

Tem-se, assim, que a produção de sentidos no âmbito do jornalismo não se dá pela imposição velada ou assimilação passiva, mas pela participação ativa dos implicados, ou seja, pela interpretação e apropriação das informações. Por isso, o jornalismo deve pensado tanto como configurador de imaginários quanto como configurado por eles, visto que

o criador [...] só é criador na medida em que consegue captar o que circula na sociedade. Ele precisa corresponder a uma atmosfera. O criador dá forma ao que existe nos espíritos, ao que está aí, ao que existe de maneira informal ou disforme. [...] Isso significa que o criador deve estar em sintonia com o vivido. O arquétipo só existe por que se enraíza na existência social. Assim, uma visão esquemática, manipulatória, não dá conta do real, embora tenha uma parte de verdade. A genialidade implica a capacidade de estar em sintonia com o espírito coletivo. Portanto, as tecnologias do imaginário bebem em fontes imaginárias para alimentar imaginários (MAFFESOLI, 2001, p. 81).

Para discutir como a força transversal da imaginação foge à tendência manipulatória e acentua a potencialidade criativa, crítica e transformadora dos símbolos e mitos manifestos nas notícias, toma-se o jornalismo como uma das diversas *tecnologias do imaginário*, conforme propõe Silva, J. (2006). Segundo o autor, tais tecnologias constituem

dispositivos de mitificação, isto é, “de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador desses indivíduos ou grupos. São magmas estimuladores das ações e produtores de sentido” (SILVA, J., 2006, pp. 43 e 47).

Apreender o jornalismo a partir da noção de tecnologias do imaginário permite situá-lo fora do campo de influência do grupo das tecnologias do controle, mais alinhadas às balizas epistemológicas da *perspectiva consensualista*. Não se mostra viável nem oportuno tratar, aqui, das conceituações de cada uma das tecnologias do controle tratadas por Silva, J. (da crença, da inteligência e do espírito/mente), bastando esquematizar os princípios básicos que as unem: todas pressupõem a supremacia do emissor e alicerçam-se, em maior ou menor medida, sobre o repertório conceitual de manipulação, alienação, imposição de visões de mundo, passividade, universalização, doutrinação, persuasão, indução de percepções, dominação/libertação do intelecto, iluminismo, razão e vigilância. O conceito de tecnologias do imaginário, por outro lado, baseia-se na potência e astúcia dos receptores e apoia-se nas ideias de sedução, adesão, participação, integração, submissão voluntária, assimilação consentida, estética, emoção e transfiguração de significados.

As tecnologias do imaginário apresentam-se, portanto, como um material poroso, “irreduzível, refratário ao controle total, feito de brechas, de margens, de pontos de fuga” (SILVA, J., 2006, p. 72). Essa concepção considera, assim, a autonomia dos agentes sociais, posicionando-os como autores e protagonistas de suas narrativas, capazes de traçar uma trajetória própria e, no caso de percorrer caminhos já trilhados, de imprimir marcas no percurso como coautores e coadjuvantes. Por isso, permite ir além da compreensão dos mitos como mecanismo de continuísmo cultural, sem, contudo, refutá-la.

Silva, J. (2006) não contesta que o jornalismo, sempre entendido como uma das tecnologias do imaginário, esteja exposto às tentativas de circunscrição de significados e da reprodução de consensos por parte grupos hegemônicos, mas lembra que, “quem quiser tomar o poder simbólico, tomando de assalto a fortaleza imaginal, terá, doravante, de preparar-se para uma guerra de signos. Vence quem for capaz de excitar a membrana imaginária e produzir sentidos novos na velha cápsula da fabulação social” (p. 102). O autor tampouco afirma que as tecnologias do imaginário acarretem “necessariamente um mundo melhor, emancipado, livre do lixo cultural, autônomo, rico (isso ainda é imaginário iluminista) nem o melhor dos mundos (utopia marxista e cristã)” (SILVA, J., 2006, p. 71); apenas sugere que os significados produzidos no âmbito do fenômeno jornalístico são múltiplos e passíveis de transformação imaginal e, em função disso, não conduzem

inevitavelmente à manutenção do *statu quo* e/ou manipulação da sociedade. Ressalta, ainda, que não há como falar em imaginário – e, logo, em simbologia mítica – sem considerar a *entropia do social*, já que as imagens, incluindo aquelas manifestas no jornalismo, surgem “a partir da dialógica entre condicionamento/ruptura, permanência/mudança, influência/resistência, pressão/bloqueio, fluxo/engarrafamento” (SILVA, J., 2006, p. 101).

Ao dar ênfase às possibilidades de transformação imaginal, Silva, J. não só assinala que os imaginários podem expressar desejos de mudança, como vê neles os canais através dos quais tais mudanças podem ser efetivadas. “A potência criativa é um emulador, um fermento, um catalisador, apto a produzir a efervescência necessária ao choque perceptivo, que nunca se deixa controlar totalmente de fora” (SILVA, J., 2006, p. 101). O autor aproxima-se, desse modo, da noção de *imaginário ativo* proposta por Sodré (2009), segundo a qual o imaginário consiste num lugar de constituição de relações sociais em meio ao jogo entre hegemonia e contra-hegemonia. Tomando como exemplo o caso dos cultos afro-brasileiros na conjuntura de formação histórica nacional, Sodré chama atenção para a historicidade dos produtos da imaginação, ressaltando que estes não se tratam de meras “sobrevivências culturais” ou simples “anacronismos míticos”, mas de forças poderosas, capazes de selar pactos simbólicos e de irradiar um agir grupal estratégico voltado para a renovação social. “A estratégia está na mobilização de recursos para a consolidação das alianças internas ao grupo e nas táticas de aproximação com a sociedade global hegemônica” (SODRÉ, 2009, p. 26). Embora se concentre nos aspectos sócio-políticos do movimento de imaginação, o foco do autor não recai no potencial manipulatório dos mitos, como ocorre na perspectiva consensualista, mas sobre as possibilidades de apropriação das imagens como forma de resistência e transformação da realidade. “É assim que o imaginário social, não raro concebido como um estoque de representações congeladas, se transforma em imaginário ativo, coletivo e estratégico” (SODRÉ, 2009, p. 25).

Baczko (1985) vai ainda mais além e vincula a simbologia mítica a uma força revolucionária. De acordo com o autor, os imaginários sociais são elementos importantes no fomento de revoluções na medida em que tornam possível direcionar as angústias e expectativas de um grupo para uma ação organizada, capaz consumir reivindicações. “Os sonhos e as esperanças sociais, frequentemente vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e andam em busca de uma linguagem e de modos de expressão que os tornem comunicáveis” (BACZKO, 1985, p. 321). Esse clima afetivo disperso só se converteria em uma pulsão concretizadora ao canalizar as emoções da coletividade e arregimentar seus

membros, a fim de impulsionar intervenções efetivas na realidade orientadas para a superação de um estado de opressão. “O dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (BACZKO, 1985, p. 311).

Em que pese à centralidade atribuída ao potencial crítico e transformador dos imaginários, as reflexões de Baczko requerem algumas ressalvas. Primeiro, pela tendência a reduzir a imaginação a um instrumento para inflamar e congregar segmentos da sociedade rumo à revolução frente às investidas de controle por parte dos grupos dominantes. Esse tipo de abordagem circunscreve o lugar dos mitos na dinâmica sócio-histórico-cultural, pois confere às imagens um caráter teleológico, privilegiando sua dimensão racional em detrimento de sua carga emotiva e estética, que não guarda uma relação obrigatória com um objetivo específico. Depois, por avaliar que os meios de comunicação de massa trabalham na difusão e legitimação de imaginários hegemônicos, pois amplificariam os sentidos produzidos por um emissor único, geralmente associado às esferas do poder.

Esta massa de informações presta-se particularmente a manipulações. A sua seleção impõe invariavelmente uma seleção e uma hierarquização por parte dos emissores. [...] os indivíduos já não são capazes de dominar a massa fragmentada e dispersa de informações, sentindo assim uma maior necessidade de representações globais unificadoras (BACZKO, 1985, pp. 313-314).

Sob esse ponto de vista, não haveria, no jornalismo, espaço para a manifestação de imagens contestadoras e revolucionárias, uma vez que os conteúdos informativos prestar-se-iam à homogeneização das concepções de realidade segundo os interesses do *status quo*, como prevê a *perspectiva consensualista*. Baczko (1985, p. 314) não deixa de observar que os discursos midiáticos captam imaginários que já circulam na sociedade e ecoam-nos pelos meios técnicos, atingindo grandes audiências: “a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico”. Contudo, afirma que a base desta amálgama é composta de imagens criadas por grupos socialmente legitimados, dotados de capital econômico e político e em condições, portanto, de controlar a emissão: “aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades, as imagens do chefe etc.” (BACZKO, 1985, p. 314).

Para Baczko, não é a simbologia mítica que atua como mecanismo de manipulação,

mas o próprio jornalismo, por sua essência massificadora. O autor entende que o imaginário é sempre coletivo e se presta à crítica social; no entanto, não parece reconhecer no fenômeno jornalístico um meio autêntico de expressão de símbolos e mitos ligados aos anseios e insatisfações populares e, logo, de motivação de movimentos de transformação sócio-histórico-cultural. Na contramão dessa ideia, têm-se as considerações de Genro Filho (1987, p. 89) acerca do potencial revolucionário do jornalismo: “através dos modernos meios de comunicação radicaliza-se a possibilidade das transformações na consciência e na cultura. Portanto, aumenta a possibilidade do sujeito coletivo agir diretamente sobre si mesmo”. De acordo com Genro Filho (1987), o conhecimento gerado no âmbito do fenômeno jornalístico advém de um processo global de apropriação simbólica e coletiva da realidade. Por isso, enfatiza o autor, ainda que se constitua como um lugar de “manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes” (p. 27), o jornalismo não se limita à sua lógica mercantil nem se define pelos “contornos ideológicos de sua gênese burguesa”; para além das tentativas de fechamento de sentidos e de manipulação haveria brechas na cultura de massa com potencial para expor os conflitos que perpassam a realidade social.

Dessa maneira, mesmo que os acontecimentos fossem abordados sob uma determinada perspectiva ideológica, os significados produzidos no processo de mediação não se esgotariam no viés de uma ideologia, dado que estariam submetidos à abertura de sentido, à incompletude inerente à modalidade de conhecimento em que consiste o jornalismo. “A essência, de qualquer modo, não é oferecida como uma substância pronta, ela admite certa pluralidade de desdobramentos de parte da subjetividade” (GENRO FILHO, 1987, s/p). Os conteúdos informativos deveriam ser entendidos, assim, como o lugar tanto de legitimação e de negação das forças opressoras quanto de afirmação dos grupos oprimidos e de florescimento de cosmovisões dissidentes.

Considerações Finais

Ao evocar o potencial revolucionário dos imaginários sociais e do jornalismo, o objetivo não é caminhar para uma leitura marxista da dimensão simbólico-mítica do jornalismo, nem ressuscitar “um velho iluminismo, caracterizado pela ideia de um sujeito consciente, racional, senhor de si mesmo e da natureza” (SILVA, J., 2006, p. 30), mas chamar atenção para as possibilidades criativas, transformadoras e críticas dos símbolos e mitos manifestos nas notícias. Não se ignora, portanto, que a imaginação ativa e mobilizadora vale não só para classes, minorias ou grupos subalternos interessados em

modificar sua condição sócio-político-econômica, como também para os diversos fluxos imaginais – sejam eles marginalizados ou não – que confluem em determinado momento histórico, banhando com imagens múltiplas uma sociedade, uma cultura, uma era. Como observa Maffesoli (2001, p. 80), o imaginário de fato “atua nos processos revolucionários, mas não se pode dizer que essa seja a sua prioridade, pois o imaginário opera em qualquer situação, contra ou a favor das revoluções. Há imaginário também na contra-revolução”. O universo das imagens constitui, assim, o lugar a partir do qual opressores e oprimidos se expressam e agem; serve, pois, tanto à legitimação da ordem vigente quanto à incitação de sentimentos e atitudes que a contestam.

No encontro entre jornalismo e imaginário, a simbologia mítica não se define nem pela mera circunscrição nem pela pura liberdade, mas por uma força que ao mesmo tempo mobiliza e paralisa, impulsiona e contém, critica e consente. As imagens manifestas no jornalismo afloram dessa tensão entre correntes que ora se opõem, ora se completam, mas sempre se atravessam e se influenciam, num movimento que comporta uma camada informativa mais óbvia e superficial, ligada à função pragmática do fenômeno jornalístico, e uma camada contextual mais sutil e profunda, referente à produção e reprodução de sentidos. Tendo essa diretriz teórica em vista, torna-se possível estudar os símbolos e mitos manifesta nas notícias sem depreciar ou deslegitimar o jornalismo, pois se compreende que a implicação simbólico-mítica não compromete a essência de um produto ou experiência cultural, uma vez que projeta o indivíduo no universo etéreo do passado arcaico, sem, contudo, aliená-lo do universo tangível do tempo presente.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, 1985. pp. 296-332.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: KUNSCH, Dimas (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. São Paulo: E-papers, 2009, pp. 286-298.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e histórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. pp. 263-277.

DARTON, Robert. Writing news and telling stories. **Daedalus**, v. 2, n.104, pp. 175-194, 1975.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1988.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 15, pp. 74-82, ago. 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXV, n. 2, julho/dezembro, pp. 11-41, 2002a.

_____. Explorações epistemológicas sobre uma antropologia da notícia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 19, pp. 75-92, 2002b.

_____. O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: pragmática jornalística e construção de sentidos. **Comunicação e Espaço Público**. Brasília, v. 6, n. 1 e 2, pp. 07-36, 2003.

SILVA, Gislene. Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 2, n. 2, pp. 95-107, 2º semestre, 2005.

_____. Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, pp. 244-252, setembro/dezembro, 2010.

SILVA, Gislene; DOURADO MAIA, Flávia. Sobre a perspectiva dominante nos estudos da dimensão simbólico-mítica das notícias. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, pp. 113- 129, jun. 2011.

SILVA, Juremir. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SODRÉ, Muniz. Um imaginário ativo na cultura nacional. **Revista Famecos**. Porto Alegre. n. 40, pp. 23-27, Dezembro, 2009a.